

Folha Informativa SRAA

2026-05-28

LEGISLAÇÃO DIÁRIA



Diploma	Data	Emissor	Sumario
<u>Portaria n.º 58/2026 de 28 de maio de 2026</u>	2026.05.28	Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação	Estabelece o regime de atribuição de um lote de 3 000,0 direitos individuais destinados à concessão do Prémio à Vaca Aleitante, previsto no subprograma da Região Autónoma dos Açores do POSEI Portugal, bem como as respetivas condições de utilização.
<u>Despacho Normativo n.º 14/2026, de 28 de maio</u>	2026.05.28	Presidência do Governo Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação Secretaria Regional do Mar e das Pescas Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas	Fixa os preços máximos de venda ao público do gasóleo colorido e marcado consumido na agricultura, da pesca artesanal e pela frota de pesca costeira de convés fechado e do largo. Revoga o Despacho Normativo n.º 12/2026, de 29 de abril.



Diploma	Data	Emissor	Sumario
<u>Decisão de Execução (UE) 2026/1125 de 26 de maio de 2026</u>	2026.05.28	Comissão Europeia	Encerra os procedimentos de renovação das autorizações de colocação no mercado de algodão geneticamente modificado MON 88913 (MON-88913-8), MON 15985 (MON-15985-7), MON 1445 (MON-Ø1445-2), MON 531 × MON 1445 (MON-ØØ531-6 × MON-Ø1445-2) e MON 531 (MON--ØØ531-6), nos termos do Regulamento (CE) n.º 1829/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho

Folha Informativa SRAA

2026-05-28

OUTROS ASSUNTOS



Região Autónoma dos Açores

Notícias

❖ Governo dos Açores acompanha posição dos Ministros da Agricultura por um POSEI reforçado e autónomo

O Governo dos Açores manifesta o seu total alinhamento e apoio à posição concertada entre Portugal, Espanha e França, que defenderam em Bruxelas, junto da Comissão Europeia, um reforço significativo e a autonomia do Programa de Opções Específicas para o Afastamento e Insularidade (POSEI).

A iniciativa, formalizada através de uma carta entregue ao comissário europeu Christophe Hansen pelos ministros da Agricultura dos três Estados-Membros - José Manuel Fernandes (Portugal), Luis Planas Puchades (Espanha) e Annie Genevard (França) -, exige que a União Europeia garanta uma atualização financeira indispensável para a sustentabilidade das Regiões Ultraperiféricas (RUP).

Este posicionamento reflete o trabalho de acompanhamento que o Governo Regional e a Federação Agrícola dos Açores têm mantido junto da tutela nacional, assegurando que as necessidades específicas estruturais da agricultura açoriana estejam devidamente representadas na agenda política europeia.

Para o executivo açoriano, esta concertação é crucial para a estabilidade económica do arquipélago.

O POSEI carece de um ajustamento urgente face às subidas dos custos de produção, estando a proposta defendida em Bruxelas a apontar para uma atualização de 200 milhões de euros, elevando a verba para 900 milhões. Este valor é considerado fundamental para compensar os custos adicionais decorrentes da ultraperiferia e do isolamento geográfico.

Sobre este processo, o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação tem vincado a importância de se garantir um modelo de “POSEI autónomo”, que permita uma gestão eficaz e adaptada às necessidades específicas de cada Região.

Esta diligência diplomática em Bruxelas sublinha a urgência de dar cumprimento aos princípios de equidade e solidariedade da União Europeia.

Como defendido na carta conjunta entregue à Comissão, a agricultura nas RUP enfrenta desafios de soberania alimentar e custos de transporte acrescidos que não podem ser tratados da mesma forma que outras regiões menos desenvolvidas da União.

O Governo dos Açores continuará a acompanhar de perto este tema, reiterando que o reforço do POSEI é uma ferramenta de resiliência indispensável para quem produz nas ilhas, num contexto de mercado cada vez mais competitivo e exigente.

Fonte: [Governo dos Açores acompanha posição dos Ministros da Agricultura por um POSEI reforçado e autónomo - Comunicação - Portal](#)

Folha Informativa SRAA

2026-05-28



República Portuguesa

Notícias



Portugal defende resposta europeia para garantir fertilizantes acessíveis e reforçar a segurança alimentar

No Conselho de Agricultura e Pescas da União Europeia (AGRIFISH), realizado em Bruxelas, o Ministro da Agricultura e Mar defendeu uma resposta comum europeia para assegurar a disponibilidade e acessibilidade dos fertilizantes, considerando tratar-se de uma questão central para a segurança alimentar e para a competitividade da agricultura europeia.

Na intervenção dedicada ao Plano de Ação Europeu para os Fertilizantes, Portugal saudou a iniciativa da Comissão Europeia e destacou a importância de reforçar a autonomia estratégica da União Europeia num contexto internacional marcado por crescente instabilidade geopolítica e volatilidade dos mercados.

O Ministro sublinhou que “sem fertilizantes acessíveis e disponíveis não haverá segurança alimentar nem competitividade agrícola na União Europeia”.

Portugal valorizou as medidas anunciadas pela Comissão, nomeadamente a suspensão temporária de tarifas aduaneiras e a redução do impacto do Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM) nos fertilizantes, mas considerou necessário ir mais longe no apoio ao setor.

Durante a reunião, Portugal alertou igualmente para os riscos de auxílios de Estado nacionais, sublinhando que neste momento são necessários, mas as diferentes capacidades orçamentais entre os Estados-Membros vão gerar distorções no mercado interno europeu. José Manuel Fernandes insistiu que “desafios europeus exigem soluções europeias”.

O Ministro defendeu ainda:

- Reforço da Reserva Agrícola europeia (Reserva para as crises agrícolas com um montante anual de 450 milhões de euros);
- Reutilização dos montantes não executados na PAC para o reforço desta reserva – Existem cerca de 2000 milhões de euros que por não terem sido efetuados foram perdidos, os chamados “decommitments”
- Novas fontes de financiamento para a PAC utilizando receitas do mercado de licenças de emissão;
- Reforço do investimento na investigação e inovação;
- Desenvolvimento de biofertilizantes e do biometano;
- Valorização dos efluentes pecuários e da Algas;
- Criação de um verdadeiro mercado europeu de fertilizantes, reduzindo fragmentações legislativas.

Portugal reiterou também a importância do futuro Fundo Europeu para a Competitividade prever montantes dedicados para a investigação e investimentos no domínio dos fertilizantes alternativos, contribuindo para reduzir dependências externas e reforçar a resiliência e a segurança alimentar.

Fonte: [Portugal defende resposta europeia para assegurar disponibilidade e acessibilidade dos fertilizantes - XXV Governo Constitucional](#)



Boletim Mensal da Agricultura e Pescas - Maio de 2026

O Boletim Mensal da Agricultura e Pescas divulga um conjunto de informação conjuntural relativa ao sector primário. A estrutura desta publicação proporciona, através de dados, gráficos e tabela disponibilizados, uma

Folha Informativa SRAA

2026-05-28

oportunidade de acompanhar estas temáticas e analisar a evolução através das séries cronológicas apresentadas. A análise qualitativa é acompanhada por alguns elementos gráficos.

As previsões agrícolas, em 30 de abril de 2026, apontam para uma melhoria generalizada das condições de desenvolvimento vegetativo da maioria das culturas, beneficiando das elevadas disponibilidades hídricas acumuladas durante o inverno e das condições meteorológicas registadas ao longo de abril. O tempo mais seco permitiu a normalização das operações culturais e favoreceu a instalação das culturas de primavera/verão em grande parte do território.

Contudo, apesar da recuperação observada em muitas culturas, mantêm-se perspetivas desfavoráveis para os cereais de outono/inverno para grão, antecipando-se quebras acentuadas de produtividade, que refletem os impactos dos excessos de precipitação registados durante a instalação e desenvolvimento inicial das searas.

Nas pastagens e culturas forrageiras, após um desenvolvimento vegetativo inicialmente favorecido pelas reservas hídricas acumuladas no solo, a subida das temperaturas e a reduzida precipitação em abril aceleraram o espigamento e a secagem do coberto vegetal em várias regiões, condicionando a qualidade nutritiva das pastagens e forragens.

Nas culturas frutícolas, as perspetivas são globalmente favoráveis, observando-se bom desenvolvimento vegetativo, florações abundantes e adequado vingamento dos frutos na maioria das regiões produtoras. No final de abril iniciou-se a colheita das variedades mais temporãs de cereja, apontando as previsões para uma recuperação significativa da produção, face às últimas campanhas.

[Consulte o documento](#)

Fonte: [Portal INE - Publicação 441598580](#)



Indicadores de confiança dos Consumidores e de clima económico aumentam - Maio de 2026

O indicador de confiança dos Consumidores aumentou em maio, após ter diminuído nos três meses anteriores, de forma significativa em março, e de ter registado em abril o valor mais baixo desde novembro de 2023. A evolução do último mês resultou dos contributos positivos das perspetivas sobre a evolução futura da situação financeira do agregado familiar e da situação económica do país, e, em menor grau, das opiniões sobre a evolução passada da situação financeira do agregado familiar. Em sentido contrário, as expectativas sobre a evolução futura da realização de compras importantes por parte das famílias registaram um contributo negativo.

O saldo das apreciações sobre a evolução passada dos preços diminuiu ligeiramente em maio, após ter registado em abril o maior aumento desde maio de 2008. O saldo das expectativas sobre a evolução futura dos preços diminuiu em abril e maio, depois dos aumentos observados nos três meses anteriores e de ter registado em março o valor mais elevado desde março de 2022.

O indicador de clima económico aumentou em abril e maio, após ter diminuído no mês anterior, regressando ao nível observado em janeiro e fevereiro. Os indicadores de confiança aumentaram nos Serviços, na Construção e Obras Públicas e na Indústria Transformadora, tendo diminuído no Comércio.

O indicador de confiança dos Serviços aumentou em maio, após ter diminuído no mês precedente, refletindo os expressivos contributos positivos das perspetivas relativas à evolução da procura e das apreciações sobre a atividade da empresa. Na Construção e Obras Públicas o indicador aumentou nos últimos dois meses, registando o valor mais elevado desde junho de 2025, refletindo o contributo positivo das apreciações sobre a carteira de encomendas. O indicador da Indústria Transformadora também aumentou, mas de forma ligeira, refletindo os contributos positivos das apreciações relativas aos stocks de produtos acabados e das perspetivas de produção. Em sentido contrário, o indicador de confiança no Comércio diminuiu em maio, após ter aumentado no mês anterior, refletindo os contributos negativos das opiniões sobre o volume de vendas e das perspetivas sobre a atividade nos próximos três meses.

O saldo de respostas das expectativas dos empresários sobre a evolução futura dos preços de venda aumentou na Indústria Transformadora e diminuiu nos Serviços, na Construção e no Comércio.

[Consulte o documento](#)

Folha Informativa SRAA

2026-05-28

Fonte: [Portal INE - Destaque 770299825](#)



União Europeia



Notícias do Conselho Europeu



Conselho acorda posição para simplificar e reforçar os requisitos de segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais

O Conselho definiu a sua posição sobre uma parte do chamado pacote legislativo “omnibus X”, inserido na agenda de simplificação da UE. O mandato do Conselho para as negociações com o Parlamento Europeu diz respeito, em particular, às regras sobre a utilização sustentável de pesticidas, aos registos relativos a animais de exploração e à utilização de plásticos na indústria alimentar.

Este pacote “omnibus X” visa simplificar regras e procedimentos em toda a legislação da UE, desde os produtos fitofarmacêuticos e produtos biocidas até aos alimentos para animais, controlos oficiais e saúde e bem-estar animal. O pacote tem como objetivo reduzir os custos e os encargos administrativos desnecessários, mantendo simultaneamente os padrões muito elevados da UE em matéria de segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, bem como de proteção da saúde humana, animal e do ambiente.

“Damos hoje seguimento à segunda proposta do pacote de segurança dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, abrindo caminho para regras mais simples e mais eficazes em termos de custos no que se refere à utilização sustentável de pesticidas, à manutenção de registos e à utilização de plásticos na indústria alimentar. Isto reafirma o compromisso da nossa presidência em fazer avançar a agenda de simplificação da UE de forma rápida e eficiente.” — Marilena Raouna, Ministra Adjunta dos Assuntos Europeus da República de Chipre

Alterações introduzidas pelo Conselho

A presidência tratou o pacote de simplificação “omnibus X” com a máxima prioridade. Após a rápida aprovação do mandato do Conselho sobre a proposta de regulamento que prorroga os períodos de proteção de dados relativos aos biocidas, a 4 de março, e a adoção formal do ato a 11 de maio, a presidência prosseguiu os trabalhos sobre as duas propostas restantes.

No que respeita à presente proposta, os Estados-Membros partilharam globalmente este sentido de urgência e, nessa perspetiva, preservaram o essencial da proposta da Comissão, introduzindo alterações que acelerariam ainda mais a aplicação das diretivas em causa.

Diretiva relativa à utilização sustentável de pesticidas

A atual Diretiva relativa à Utilização Sustentável de Pesticidas (SUD) proíbe a aplicação aérea de pesticidas, permitindo simultaneamente aos Estados-Membros a possibilidade de concederem derrogações individuais a esta proibição, à custa de um encargo administrativo significativo para os utilizadores profissionais e para as autoridades competentes. As alterações propostas à SUD visam facilitar a utilização de drones para a aplicação direcionada de pesticidas, os quais podem apresentar um risco equivalente ou mesmo inferior ao das aplicações terrestres.

O mandato do Conselho mantém a derrogação existente para a proibição de pulverização aérea em casos especiais, bem como a derrogação adicional, tal como proposto pela Comissão, para determinados tipos de drones, mesmo que as condições para os casos especiais não estejam reunidas. O texto do mandato inclui ainda:

Folha Informativa SRAA

2026-05-28



Noticias do Conselho Europeu

- Uma nova redação para clarificar que o mandato da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) abrangerá orientações tanto para a avaliação de risco dos produtos fitofarmacêuticos (PPP) que podem ser pulverizados a partir de drones, como para os tipos de drones, as suas condições de utilização e os riscos associados.
- Um prazo de 30 meses para a adoção do ato delegado que identifica os tipos de drones que podem ser utilizados para a pulverização de produtos fitofarmacêuticos.
- Para a pulverização aérea por veículos que não sejam determinados tipos de drones, e após a aprovação de um plano de aplicação, os Estados-Membros passariam a ter a possibilidade de dispensar a exigência de uma aprovação separada para as aplicações individuais de produtos fitofarmacêuticos, quando tal aprovação era, até agora, obrigatória.
- Medidas transitórias que dão aos Estados-Membros a possibilidade de permitir a utilização de drones até que o referido ato delegado seja adotado, desde que as condições existentes para a pulverização aérea sejam cumpridas e que a Comissão e a EFSA sejam notificadas no prazo de 30 dias após o Estado-Membro ter concedido a aprovação para o uso de drones, juntamente com a avaliação de risco que serviu de base à aprovação.

Diretiva relativa à proteção dos animais nas explorações pecuárias

Esta diretiva exige que os criadores de gado mantenham registos dos tratamentos medicamentosos administrados aos animais e do número de mortes. No entanto, exigências de registo semelhantes já estão previstas no regulamento relativo aos medicamentos veterinários e no regulamento relativo à saúde animal ("Legislação sobre a Saúde Animal"), respetivamente. A alteração do Conselho elimina esta duplicação.

Diretivas relativas às regras de base para os materiais plásticos

Duas diretivas de 1982 e 1985 abrangem matérias relacionadas com materiais e objetos de plástico destinados a entrar em contacto com géneros alimentícios. No entanto, estas mesmas matérias são reguladas por um regulamento da UE de 2011. Por conseguinte, o Conselho propõe a revogação destas duas diretivas para melhorar a certeza e a clareza jurídicas.

Próximos passos

A presidência continuará os trabalhos sobre a última proposta restante do pacote, com o objetivo de alcançar um acordo rápido sobre o mandato global do Conselho para as negociações com o Parlamento Europeu relativamente a todo o pacote de simplificação "omnibus X".

Fonte: [Council agrees position to simplify and strengthen food and feed safety requirements - Consilium](#)